

os primeiros movimentos era pequena, mas, à medida que a ciência revelava mais sobre a estrutura da natureza, e as pessoas ganhavam mais mobilidade e passavam a olhar para além de sua vizinhança imediata, o movimento cresceu e se disseminou. Contudo, a verdadeira revolução ambiental só aconteceu depois de 1945, com o período de maiores mudanças se verificando a partir de 1962.

Introdução

De todas as revoluções conceituais do século XX, poucas forjaram uma mudança tão universal e fundamental nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. Gerado pelos amantes da natureza e filantropos vitorianos, nutrido por naturalistas amadores e planejadores profissionais, e finalmente inserido na agenda das políticas públicas por uma nova geração rebelde e idealista, o ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da Terra. GANHOU DEZENAS DE MILHÕES DE ADEPTOS, criou novos órgãos de legislação, engendrou novos partidos políticos, encorajou uma reavaliação das prioridades econômicas e tornou-se tema de políticas internas e relações internacionais. Acima de tudo, mudou nossas percepções do mundo no qual vivemos. Pressuposições de séculos foram subvertidas em não mais que poucas décadas. Pela primeira vez a humanidade foi despertada para a verdade básica de que a natureza é finita e que o uso equivocado da biosfera ameaça, em última análise, a própria existência humana.

A mudança teve maturação lenta. Embora os movimentos ambientalistas datem do pós-guerra, a destruição ambiental tem uma longa linhagem. Há cerca de 3.700 anos, as cidades sumérias foram abandonadas quando as terras irrigadas que haviam produzido os primeiros excedentes agrícolas do mundo começaram a tornar-se cada vez mais salinizadas e alagadiças.¹ Há quase 2.400 anos Platão deplorava o desmatamento e a erosão do solo provocada nas colinas da Ática pelo excesso de pastagem e pelo corte de árvores para lenha.² Na Roma do século I, Columela e Plínio, o Velho, advertiram que o gerenciamento medíocre dos recursos ameaçava produzir quebras de safras e erosão do solo.³ Por volta do século VII o complexo sistema de irrigação da Mesopotâmia, construído 400 anos antes, começava a sucumbir sob o peso da má administração.⁴ Na mesma época o crescimento populacional plantava as sementes do colapso da civilização maia no século X.⁵ A construção de embarcações para a frota do Império Bizantino, Veneza, Gênova e outros estados marítimos italianos reduziu as florestas costeiras do Mediterrâneo.⁶ A poluição do ar pela queima de carvão afligia tanto a Inglaterra medieval que em 1661 o memorialista e naturalista John Evelyn deplorava a “Nuvem lúgubre e Infernal” que fez a Cidade de Londres parecer-se com “a Corte de Vulcano... ou os Subúrbios do Inferno, [ao invés] de uma Assembléia de Criaturas Racionais.”⁷

Apesar dessas advertências prévias houve pouco sentimento de alarme ou interesse até bem depois da Revolução Industrial. A mudança mais ampla nas atitudes humanas começou com a era das descobertas científicas, quando os sinais de deterioração tornaram-se evidentes para mais pessoas, e não apenas para uns poucos observadores perspicazes da condição da natureza. As raízes de um “movimento” mais amplo podem ser discernidas pela primeira vez na segunda metade do século XIX. Os primeiros grupos protecionistas foram criados na Grã-Bretanha na década de 1860. Nos Estados Unidos, um movimento bipartido de preservacionistas de áreas virgens e de conservacionistas de recursos naturais começou a emergir na virada do século. A sensibilidade do público para

- Em 1863, a Grã-Bretanha aprovou a primeira lei de amplo espectro contra a poluição do ar no mundo e criou o primeiro órgão de controle da poluição. Até 1971 existiam somente 12 órgãos ambientais nacionais no mundo; hoje há mais de 140.
- O primeiro grupo ambientalista privado do mundo (Commons, Foot-paths, and Open Spaces Preservation Society) foi fundado na Grã-Bretanha em 1865; hoje o mundo conta com mais de 15 mil desses grupos, um terço dos quais fundados depois de 1972.
- O primeiro acordo internacional sobre meio ambiente foi assinado em 1886; hoje são mais de 250, três quartos dos quais assinados após 1960.
- Em 1972 as Nações Unidas criaram um novo programa ambiental; já em 1980, quase todas as organizações internacionais mais importantes — desde o Banco Mundial até a Comunidade Européia e a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica — haviam tomado posições relativas às políticas de meio ambiente.
- Ainda insatisfeitos com a resposta política, novos partidos verdes surgiram para desafiar a velha ordem. O primeiro foi fundado em 1972, na Nova Zelândia; em 1988 havia partidos verdes atuantes em 14 países — oito deles elegeram membros para suas assembleias nacionais e 11 membros verdes têm assento no Parlamento Europeu. Para muitos, a política verde oferece uma alternativa nova e poderosa para as inconsistências e insuficiências do tradicional eixo esquerda/direita.

Nem todos os grupos privados foram efetivos, poucos dos órgãos nacionais têm poderes adequados ou responsabilidades lógicas, muitas das leis permanecem ainda inadequadas ou ignoradas, muito poucos pronunciamentos políticos contêm mais do que declarações bombásticas, e os partidos verdes (mas não suas filosofias) podem, em última análise, se revelar fenômenos efêmeros. Entretanto não há como negar a emergência de um movimento global substancial. Somente nos Estados Unidos 17 milhões de indivíduos descrevem a si mesmos como “ambientalmente ativos” e 55% da população reivindica apoio para os objetivos do movimento.⁸ Três milhões de britânicos são membros de grupos ambientais,⁹ fazendo do movimento o maior de sua história.

O ambientalismo gerou sem dúvida uma revolução conceitual de proporções copérnicas. Isso torna ainda mais surpreendente o fato de que pouco se tenha escrito sobre a história do movimento. É verdade que a produção intelectual americana e européia aumentou muito rapidamente nos últimos dez anos,¹⁰ mas somente uma pequena parcela da mesma vai além de movimentos nacionais limitados, sendo exceções notáveis os trabalhos de Max Nicholson e Lynton Caldwell.¹¹ No entanto é difícil — e mesmo artificial — avaliar o ambientalismo exclusivamente em termos de movimentos nacionais isolados. Fazê-lo pode levar a concepções equivocadas.

Há, por exemplo, a afirmação de que a conservação foi uma das maiores contribuições da América para os movimentos reformistas mundiais e que suas idéias acabaram por ser exportadas para outras nações.¹² Na verdade o conservacionismo americano foi muito influenciado pelas técnicas alemãs de manejo florestal e a conservação era praticada em algumas partes da Europa — e até na África do Sul e na Índia — antes de surgir nos Estados Unidos.

Existe a sugestão de que os parques nacionais são uma “invenção” americana.¹³ O primeiro parque nacional do mundo foi, é verdade, Yellowstone, e o conceito foi sem dúvida criado por George Catlin por volta de 1830; mas Wordsworth havia escrito dez anos antes sobre suas esperanças de que o Distrito dos Lagos inglês fosse encarado como “uma espécie de propriedade nacional na qual tem direito e interesse cada homem que tem um olho para perceber e um coração para desfrutar”.¹⁴

Existe a crença equivocada de que muitos temas e problemas recentes são “novos”. A poluição ácida, por exemplo, é freqüentemente retratada como uma questão dos anos 80. Todavia sua existência era suspeitada já no século XVII, sendo confirmada na década de 1850. Muitos dos debates sobre população dos anos 60 simplesmente ecoavam Thomas Malthus (1766-1834), que comparou o crescimento exponencial dos números da população humana ao crescimento aritmético da produção de alimentos — e até mesmo ele foi precedido por *sir* William Petty.¹⁵ A idéia de que o modo de vida industrial era insustentável, esboçada em 1972 em *A Blueprint for Survival*, havia sido explorada pelo menos já em 1899, pelo geógrafo Peter Kropotkin.¹⁶

Tais mitos e concepções errôneas podem derivar, ao menos em parte, da falta de definições claras ou consistentes da natureza e parâmetros do ambientalismo. Tratar-se-á de um modo de vida, um estado de espírito, uma atitude em relação à sociedade ou uma filosofia política? Talvez seja tudo isso, ou somente parte dessas coisas. Por que algumas vezes o ambientalismo é também chamado (confusamente) de movimento “ecológico” ou “conservacionista”? Como a “proteção” difere da “preservação”? Como a “conservação” se diferencia do “desenvolvimento sustentado”? O que é “desenvolvimento sustentado”? Será a ecologia uma ciência, uma filosofia, uma doutrina política ou todas as três?

Aqueles que procuram por uma definição eficiente do ambientalismo poderiam fazer pior do que se reportar a Roger Scruton, que o define como “interesse pelo ambiente... quando elevado à atividade política”.¹⁷ Mas o movimento ambientalista vai além disso. Poucos “movimentos” reformistas foram homogêneos porque poucos dentre os problemas sociais têm respostas simples ou universais. O ambientalismo não é uma exceção. Assim como o movimento pelos direitos civis é fundamentalmente voltado à igualdade racial, o movimento ambientalista é fundamentalmente relacionado com a proteção e administração do meio ambiente natural e humano. Mas, assim como as filosofias dos direitos civis se estenderam da não-violência de Martin Luther King ao *black power* intransigente de Malcom X ou dos Black Panthers, assim também os grupos ambientalistas têm ideologias, objetivos e métodos dessemelhantes.

Em 1970 a revista *New Republic* foi influenciada a descrever o movimento ambientalista americano como “o maior sortimento de aliados mal entrosados desde as Cruzadas — jovens e velhos, radicais de esquerda e de direita, liberais e conservadores, humanistas e cientistas, ateus e teístas”.¹⁸ Em seu estudo sobre o ambientalismo americano, Joseph Petulla identifica três tradições principais: a biocêntrica (natureza em si e para si), a ecológica (baseada numa compreensão científica da inter-relação e interdependência entre as partes das comunidades naturais) e a econômica (a utilização otimizada dos recursos naturais, de outro modo apresentada como o enfoque utilitário do conservacionismo). O autor alinha uma série de argumentos diferentes (da preservação da natureza à ecologia humana e à filosofia anticrescimento) e uma variedade de embasamentos éticos, desde a tradição puritana (o desperdício é o mal) até a riqueza e a ética empresarial.¹⁹ Aliado a isso há o cisma entre a “*deep ecology*” e a “*shallow ecology*”*: a primeira vê o homem como uma parte da natureza e subordina as considerações econômicas às ecológicas; a segunda é descartada pelos ecologistas “*deep*” como uma crença de que o homem é separado da natureza, e considera as medidas de proteção somente através de sua

utilidade para os interesses humanos. O’Riordan, por seu turno, observa a evolução divergente de dois temas ideológicos: o ecocêntrico (que acredita em ordem natural e leis naturais) e o tecnocêntrico (que acredita que o homem é capaz de compreender e controlar os acontecimentos para servirem a seus objetivos).²⁰

Considerada num nível global, a diversidade de filosofias, táticas e objetivos é amplificada. As questões abrangem desde a proteção de orquídeas até a de baleias, da efetiva destruição das *wetlands** aos perigos teóricos do inverno nuclear, dos efeitos da afluência aos da pobreza. Os grupos ambientalistas abrangem desde organizações de vários milhões de membros, operando a partir de escritórios de planejamento em Washington, Londres ou Genebra, até associações de aldeia no Himalaia lutando para salvar seu modo de vida próprio. As táticas abrangem desde a prática cuidadosa e continuada de *lobby* junto a legislaturas nacionais até a confrontação ocasionalmente violenta em alto-mar. As filosofias se estendem desde a acomodação entre as necessidades de desenvolvimento e de crescimento econômico até a defesa do anticrescimento mais intransigente. Dominando tudo isso está a questão de saber se o meio ambiente é um assunto político, econômico ou científico, ou todos os três.

Este é o “movimento ambientalista”. Quaisquer que sejam as filosofias ou os métodos das partes, o objetivo último do todo é a manutenção da qualidade do meio ambiente humano. *Rumo ao Paraíso* se propõe a remediar algumas das muitas concepções errôneas sobre esse complexo movimento e a proporcionar a primeira história do ambientalismo como fenômeno social, econômico e político global. Trata-se de um estudo de como e por que o estado e a condição do meio ambiente foram transformados de um tema privado em tema público. O veículo ativo dessa transformação foi um movimento de massa popular. À medida que as preocupações privadas se tornavam públicas os esforços desse movimento se refletiam crescentemente na legislação, na política pública, na criação e operação de organismos ambientais públicos, e nas mudanças dos valores sociais, econômicos e políticos. Esse processo ainda não acabou. Ainda que *Rumo ao Paraíso* se apóie fortemente nas experiências britânica e americana, seu argumento central é o de que o ambientalismo deve ser visto não como uma série de movimentos nacionais separados, mas como parte de uma mudança mais ampla e de prazo mais longo nas atitudes humanas. Somente desse modo o mesmo pode ser corretamente avaliado e compreendido.

O capítulo 1 proporciona um prelúdio necessário ao restante do livro através do exame das raízes do ambientalismo nos séculos XIX e XX na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Para mostrar como desenvolvimentos paralelos ocorreram em outros lugares, há uma breve descrição dos acontecimentos na Austrália, África do Sul e Índia. Esses desenvolvimentos são então relacionados a um dos primeiros temas ambientais efetivamente regionais (a questão da vida selvagem na África) e, finalmente, aos primeiros sinais de um movimento internacional de proteção da natureza. O tratamento aqui não pretende ser abrangente; leitores em busca de maiores detalhes sobre os primeiros movimentos nacionais são reportados às fontes citadas.

O capítulo 2 segue o fio da meada através da era pós-Segunda Guerra Mundial: as primeiras conferências importantes sobre conservação, a criação dos primeiros órgãos internacionais de conservação, os primeiros alarmes neo-malthusianos, e os primórdios de uma compreensão do debate conservação/desenvolvimento na África pós-colonial.

* O conceito de *wetlands*, literalmente terras úmidas ou molhadas, é objeto de debate recente e ainda em curso entre a comunidade científica e as autoridades (ver *Time* nº 34, 26 de agosto de 1991). Atualmente, segundo a Agência de Proteção Ambiental norte-americana, *wetlands* são “qualquer depressão onde a água se acumule por sete dias consecutivos durante a estação da floração, onde certas plantas aquáticas são encontradas e onde o solo é suficientemente saturado de água para que ocorra atividade de bactérias anaeróbicas...” Diante dessa imprecisão do conceito preferimos optar pela manutenção do termo em inglês (N.do T.)

* Literalmente, ecologia “profunda” e ecologia “rasa” ou “superficial”. (N. do T.)